

## **Recomendações sobre o acesso aos arquivos, monitorização do acesso às coleções do Holocausto – Zagreb 2023**

19 Outubro 2023

Tomar todas as medidas necessárias para facilitar a abertura dos arquivos é um dos importantes compromissos que os Países-Membros assumiram no âmbito da Declaração de Estocolmo.

Há mais de uma década que o acesso a materiais relacionados com o Holocausto<sup>1</sup> tem estado no centro do trabalho da IHRA, sendo uma prioridade. Ao abrigo da Declaração Ministerial de 2020, os Países-Membros sublinharam a importância de identificar, preservar e disponibilizar material de arquivo para fins educativos, comemorativos e de investigação. Em breve, os sobreviventes já não estarão entre nós, e o acesso aos arquivos do Holocausto assume importância determinante para manter viva a memória do Holocausto. Esta matéria tem vindo a tornar-se numa questão prioritária para os governos, parlamentos e arquivos. Este crescente interesse pela identificação, preservação, acesso e utilização dos arquivos deverá contribuir para os valores humanistas e democráticos ao serviço da paz global.

O projeto *Archival Access* (2014-2017) da IHRA procurou mapear o estado do acesso à documentação do período do Holocausto e os [desafios enfrentados pelos investigadores](#). O projeto contribuiu também para garantir que uma exceção específica para os documentos relacionados com o Holocausto fosse incluída no [Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados](#) (RGPD) da União Europeia.

O projeto “Monitorização do Acesso às Coleções do Holocausto” (2020-2023) é um projeto de acompanhamento que visa ajudar a IHRA a mapear a situação jurídica e prática do acesso às coleções do Holocausto e a monitorizar as dificuldades de acesso. Durante o projeto, a equipa da IHRA esteve em contacto com diversas partes interessadas e examinou e analisou cinco casos de teste<sup>2</sup>. As recomendações que se seguem refletem o trabalho e as reflexões da equipa do projeto, as conclusões dos relatórios de casos de teste e as contribuições recebidas nas conversações com as partes interessadas.

---

<sup>1</sup> Para uma análise mais pormenorizada da definição de materiais relacionados com o Holocausto, consultar as Diretrizes da IHRA para a Identificação de Documentação Relevante para a Investigação, Educação e Memória do Holocausto ([www.holocaustremembrance.com/findyouranswer](http://www.holocaustremembrance.com/findyouranswer)).

<sup>2</sup> Os cinco casos de teste dizem respeito a coleções relacionadas com o Holocausto e a Segunda Guerra Mundial nos Arquivos da Cruz Vermelha na Polónia e nos Países Baixos, nos arquivos da Áustria, nos arquivos da Suécia e na Desclassificação e reclassificação de coleções relacionadas com o Holocausto.

A fim de apoiar os Países-Membros da IHRA no cumprimento dos seus compromissos de disponibilização de material de arquivo, os especialistas da IHRA aconselham o seguinte:

### 1. Arquivos em risco

Hundreds of millions of documents, films, recordings, and other material evidence of the Holocaust are stored in archives, museums, and other repositories around the world. Yet numerous factors can threaten the existence of and access to these important [materials](#). In some cases, this evidence is in imminent danger. At-risk materials can include print, photographic, film, audio, ephemeral, material, and born-digital objects. There are a number of factors that may contribute to archival materials being at risk.

Que fatores contribuem para que os fundos de arquivo estejam em risco? Os peritos da IHRA identificaram os seguintes riscos principais:

- **Fatores ambientais:** A humidade e temperaturas elevadas, inundações ou roedores e insetos, colocam os materiais originais em perigo iminente de destruição. Estas condições podem ocorrer devido a um armazenamento inadequado, infestações ou pragas ou devido a alterações no ambiente em geral. Por exemplo, todos os materiais em algumas áreas geográficas podem ser considerados em risco devido à probabilidade de inundações, furacões ou outras condições climáticas extremas.
- **Decisões e incerteza políticas:** Questões políticas, políticas governamentais e guerras podem levar a que materiais históricos de importância crítica se tornem inacessíveis e/ou indetetáveis. Os governos são responsáveis pela salvaguarda dos documentos e o seu acesso público. Frequentemente decidem quem pode aceder aos arquivos históricos, especialmente os que estão sob a sua alçada. No entanto, as políticas e prioridades dos líderes que favorecem uma determinada interpretação do registo histórico podem e têm sido feitas à custa do acesso a registos e provas. Nalguns casos, conflitos militares ou civis podem ter resultado na destruição de materiais de arquivo.
- **Aspetos socioeconómicos:** As prioridades da comunidade para reunir e documentar a sua própria história podem diminuir, muitas vezes devido à falta de recursos para preservar materiais históricos importantes ou devido a um conhecimento insuficiente sobre boas práticas de arquivo. Os arquivos municipais e as organizações comunitárias que lutam para assegurar programas e funcionários podem ser impedidas de garantir as condições necessárias para a sua conservação. Embora pretendam a todo o custo mantê-los, poderão não ter as condições para o fazer. Os arquivos, museus e outras instituições que não conseguem salvaguardar os seus próprios acervos, ou as instituições em risco de encerrar e descartar materiais, podem resultar na perda de materiais históricos importantes e não duplicados.

**Suportes descontinuados:** Os materiais armazenados em fita magnética, discos óticos (CD e DVD), película de nitrato, ou que incluam papel ácido, degradam-se rapidamente e podem facilmente perder-se. Estes suportes, que não foram feitos para ter uma duração prolongada, são instáveis e tornam-se ilegíveis com relativa rapidez.

O acesso aos arquivos é um desafio partilhado, e as soluções para os arquivos em risco devem ser encontradas a nível transnacional. **São feitas as seguintes recomendações:**

- As delegações da IHRA devem instar e apoiar os arquivos a desenvolver procedimentos e medidas proactivas em caso de emergência, incluindo a priorização das coleções.
- Os Países-Membros da IHRA devem dar prioridade ao **financiamento da digitalização** como forma de preservação e acesso, tendo em conta o risco descrito, sobretudo no que respeita a suportes documentais obsoletos.
- Os governos dos Países-Membros da IHRA **devem sensibilizar para as boas práticas e garantir melhores condições de acesso** e preservação dos materiais de arquivo, proporcionando o financiamento e o apoio adequados. Este apoio deve ser incentivado como forma de minimizar os custos de utilização destas coleções por investigadores, museus e memoriais do Holocausto.

## 2. Implementação de Boas Práticas

É necessário compreender que os arquivos diferem entre si em muitos aspetos.

**Recomendamos a introdução de boas** práticas nos arquivos estatais e outras entidades arquivísticas no que diz respeito à documentação relacionada com o Holocausto. A saber:

- Recomendamos que a **digitalização** seja uma prioridade, pois é vital para o acesso e preservação do arquivo em papel.
- Recomendamos que a **normalização dos metadados** siga os princípios FAIR (Encontrável, Acessível, Interoperável e Reutilizável)
- Recomendamos a **adesão** a redes profissionais e a utilização de ferramentas existentes, como as oferecidas pela [EHRI](#), Arolsen Archives e outras.
- Recomendamos que os arquivos **adotem e apliquem ativamente** as Diretrizes da IHRA para a Identificação de [Documentação Relevante para a Educação, Memória e Pesquisa do Holocausto](#) e assinalem as coleções relacionadas com o Holocausto.
- Recomendamos que os arquivos **traduzam as informações sobre o seu acesso**, para diferentes idiomas no seu *website*, com prioridade para a língua inglesa.
- Recomendamos que os ficheiros traduzam os recursos de localização de coleções para outros idiomas, com prioridade para a língua inglesa.

### 3. Working to Remove Legal Obstacles

Os obstáculos legais ao acesso aos arquivos variam de país para país, tendo para o mesmo uma legislação específica. No entanto, a maioria dos países tem as mesmas isenções de acesso e desclassificação, como por exemplo: informações obtidas em sigilo, violação de privacidade, violação de direitos de autor, danos à segurança nacional e outros.

Como forma de contornar estes obstáculos legais, **recomendamos o seguinte:**

- A fim de lidar com a legislação sobre a privacidade e os obstáculos do RGPD, deve ser promovida a implementação do artigo 158 na legislação nacional. O artigo 158 foi introduzido na sequência do esforço coletivo da [IHRA a nível da UE](#) para garantir o acesso ao material relacionado com o Holocausto.
- Como notamos que os obstáculos de acesso aos registos do Holocausto decorrem de legislação que é de natureza geral, a legislação geral deve ser alterada de modo a excecionar os registos do Holocausto relativamente aos requisitos gerais, tanto no que refere aos perpetradores como às vítimas, de maneira semelhante à que o artigo 158 contém no RGPD para os países da UE.
- Na medida em que exista discricionariedade na legislação atual para permitir exceções às proibições de acesso, essa discricionariedade deve ser exercida em prol do acesso a registos relacionados com o Holocausto, tal como definido nas Diretrizes da IHRA para Identificar [Documentação Relevante para a Educação, Memória e Pesquisa do Holocausto](#).
- Em alguns sistemas parlamentares, os parlamentos podem obter documentos dos governos que o público não pode obter, uma vez que estão isentos de obstáculos à divulgação, por exemplo, documentos relativos a julgamentos de criminosos de guerra. Quando assim for, os Parlamentos deverão exercer esse poder para obter registos relacionados com o Holocausto.

### 4. Atenção e ação sustentáveis pós-projeto para garantir o acesso aos arquivos dentro da IHRA

Tendo os arquivos como base e futuro para a investigação, educação e memória do Holocausto, e de forma a garantir uma atenção sustentável à questão no âmbito da IHRA, **recomendamos:**

- Criação de um Fórum de Acesso a Arquivos dentro da IHRA, de forma a facilitar discussões transversais online entre grupos de trabalho.
- Estabelecer um ponto permanente de acesso aos ficheiros na agenda do AWG para acompanhar a implementação destas recomendações nas reuniões plenárias

subsequentes e outras questões pendentes relacionadas com o acesso aos ficheiros.

- Que a IHRA considere a incorporação de uma questão sobre o acesso aos ficheiros no Mecanismo de Relatórios por País durante a próxima revisão do questionário, a fim de permitir que os países apresentem relatórios sobre a situação do acesso.
- Incluir arquivistas ou especialistas de arquivo nas delegações nacionais.
- Incluir representantes dos arquivos do Estado nas reuniões de preparação e esclarecimento das Plenárias da IHRA.